



O NOVO PADRÃO DE CRESCIMENTO NO NORDESTE SEMIÁRIDO

Cícero Pérciles de Oliveira Carvalho

Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió,
Alagoas, Brasil

cicerocarvalho@uol.com.br

RESUMO – Este artigo procura demonstrar como os sinais do novo padrão de crescimento regional nordestino: taxas maiores de crescimento, ampliação das políticas públicas permanentes de educação e saúde pública; presença capilarizada dos programas de transferência de renda, aumento da renda dos segmentos mais pobres, elevação do consumo, diminuição da pobreza extrema e das desigualdades, entre os anos 2000-2012, que resulta de uma combinação entre um mais forte desempenho econômico e a melhorias do quadro social, influem sobre a região sertaneja, criando um ambiente social e econômico mais resistente ao fenômeno da estiagem prolongada. O semiárido, apesar de suas especificidades, como sua pobreza ainda mais forte que a média regional e, principalmente, os seus limitados recursos hídricos, é parte constitutiva do mesmo território nordestino, e os impactos sofridos pela região são acompanhados de forma regular em toda a sua extensão pelas relações econômicas e políticas estreitas existentes entre as sub-regiões: Mata Litorânea, Agreste Sertão. As mudanças regionais, ainda que apresentem intensidades distintas nas suas sub-regiões, ocorrem de forma simultânea em todas elas, produzindo um Nordeste mais dinâmico e, principalmente, um Sertão mais preparado para o convívio com a seca prolongada.

Palavras chave: Nordeste; semiárido; seca; políticas públicas.

THE NEW STANDARD OF GROWTH IN THE NORTHEAST SEMI-ARID

ABSTRACT – The purpose of this paper is to demonstrate how the signs of the new growth rate (between 2000 and 2012) of the Northeastern region influence the country area (Sertão), creating a social and economic environment which is more resistant to prolonged drought. Such signs are: higher growth rates, improvements on permanent public policies for the segments of education and health; widespread income transfer programs; income increase in poorer segments; higher consumption rates; and decrease in extreme poverty and in social inequalities. This new growth rate results from the combination of a stronger economic development and improvements on the social situation. The semiarid area is part of the same Northeastern region, despite its specificities, such as the poverty rate – more serious than the average regional rates – and, mainly, its limited water resources. The impacts suffered by the region affect all the area, on a regular basis, due to the close economic and political relations between the sub-regions Mata Litorânea and Agreste Sertão. Even though the regional changes have intensities that are different in the sub-regions, they occur simultaneously in all of them, which produces a more active Northeastern region and, especially, a country area (Sertão) which is more prepared to cope with prolonged drought periods.

Keywords: Northeast; semiarid; dry; public policy.

INTRODUÇÃO

A maior seca. A seca de 2011-2013 que atingiu o Nordeste é considerada pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), como a mais intensa das quatro décadas recentes. No entanto, as tradicionais e previsíveis consequências – migração instantânea dos “retirantes da seca”, frentes emergenciais de trabalho, distribuição de gêneros alimentícios, saques e invasões de prefeituras ou feiras por parte dos flagelados, – estão fora do noticiário nacional, dando espaço para outros temas regionais, como as perdas materiais na agricultura e na pecuária sertanejas e as demandas das prefeituras e entidades civis na busca por mais infraestrutura, pela ampliação da garantia de safra e dos investimentos nas

obras de abastecimento d'água. Existe um novo ambiente no sertão do Nordeste revelado pela emergência da seca nestes anos recentes.

O que aconteceu para que o semiárido nordestino esteja vivendo este fenômeno natural na sua maior intensidade sem os esperados impactos sociais? No primeiro ano da estiagem, um dos maiores especialistas brasileiros sobre o semiárido, José Otamar de Carvalho, sinalizava uma diferença, lembrando a existência, na atualidade, de uma “rede de proteção hídrica e de proteção social” que começou a ser construída na última década do século XX (CARVALHO, 2012).

A capacidade de resposta para a convivência da população sertaneja com o fenômeno da seca é de fundamental importância para o desenvolvimento nordestino e nacional porque dentro da sub-região semiárida está uma expressiva parte da população regional, representando cerca de 43% do total nordestino e 12% da população brasileira; assim como pela importância geográfica, na medida em que ocupa 56% do território nordestino e equivale a 12% do espaço nacional. Outro aspecto importante nesta construção se deve ao fato do sertão nordestino ser considerado o maior bolsão de pobreza do Brasil. Ou seja, pela amplitude social e econômica, o que ocorre na região semiárida provoca impactos em toda a região nordestina e, claro, repercute no cenário nacional.

Neste artigo, se busca discutir algumas as razões para configuração desse novo ambiente que permite a convivência da população sertaneja com uma estiagem prolongada, em condições diferentes das secas anteriores, por meio de uma conjunção de vários fatores que vêm ocorrendo no semiárido nordestino: a) a construção de uma importante *infraestrutura* (principalmente estradas e energia elétrica) ao longo de meio século de intervenção pública b) a permanência das *políticas hidráulicas* (açudes, adutoras, sistemas urbanos de abastecimento, perímetros irrigados e barragens) que dão um conteúdo particular à infraestrutura regional; c) a acelerada *urbanização* da sub-região semiárida, que diminui os impactos da seca sobre a população sertaneja; d) as novas políticas de *convivência* com a seca, que tanto desenvolveram tecnologias na área da captação e reserva de água (cisternas, barragens subterrâneas) como adaptaram inúmeras plantas e animais, destinados à agricultura familiar; e) os efeitos das *políticas públicas* de educação e saúde, quase universalizadas, que elevaram o padrão de vida, refletido nos avanços dos indicadores sociais; f) a capilaridade das *políticas sociais* de transferência de renda, a exemplo do programa bolsa família e da previdência social que, juntos, cobrem mais de 70% da população sertaneja; g) *políticas de crescimento econômico*, a exemplo do crédito rural a agricultura familiar e microcrédito produtivo urbano, que estimulam a produção local; e h) *políticas emergenciais*, como o programa Bolsa Estiagem, compra de grãos pela Conab e abastecimento d'água com carros pipa. A combinação desses elementos é a razão central para a explicação desse fenômeno no semiárido do Nordeste.

Mas, para se compreender a nova postura social diante da estiagem prolongada, é necessário entender o ambiente social e a dinâmica da economia nordestina de maneira mais ampla, não pelo o que ocorreu exclusivamente na área semiárida nos doze primeiros anos deste século. Essa é uma exigência lógica, dada as relações que o sertão e o agreste nordestino mantêm com a região da mata, litorânea, sem as quais seria impossível vislumbrar a maior resistência apresentada nos anos 2010-2013.

O semiárido é parte constitutiva do Nordeste, uma região que atravessa, no século XXI, uma etapa de desenvolvimento na qual se combinam crescimento econômico e inclusão social. Todo movimento em cada um dos setores – desde os investimentos industriais ou em infraestrutura física até as mais específicas políticas públicas – atinge essa região, sendo que algumas delas, como as políticas sociais, chegam com mais força na zona sertaneja pelo seu perfil ainda mais pobre comparado à região Nordeste como um todo.

Neste artigo, se tenta demonstrar como os sinais do novo padrão de crescimento regional, que resulta de uma combinação entre um mais forte desempenho econômico e a ampliação das políticas públicas, influem sobre a região sertaneja, criando um novo ambiente social e econômico resistente ao fenômeno da estiagem prolongada. O semiárido, apesar de suas especificidades, compõe o mesmo território nordestino, e os impactos sofridos pela região são acompanhados de forma regular em toda a sua extensão. As mudanças regionais, ainda que apresentem intensidades distintas nas suas sub-regiões, ocorrem de forma simultânea no litoral, agreste e sertão, produzindo um Nordeste mais dinâmico e um Sertão mais preparado para o convívio com a seca prolongada.

O novo padrão de crescimento. Primeira região de ocupação demográfica do país, o Nordeste possui uma vasta literatura interpretativa de seu passado de cinco séculos, na qual se revelam capítulos de uma rica história econômica. No processo da “formação do complexo nordestino”, segundo a expressão de Celso Furtado, a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão ajudaram a estruturar a economia, sobretudo no período colonial. A partir da segunda metade do século XIX, a urbanização e os primeiros passos da indústria têxtil iniciaram um movimento de superação dessa realidade. Décadas depois, ocorreria a integração do Nordeste à dinâmica nacional, tendo como centro de referência o processo de industrialização da região Sudeste.

Dentro dessa nova conjuntura, – com o país se industrializando e o mercado interno comandando a dinâmica econômica –, as disparidades dos níveis de renda e do ritmo de crescimento entre essas duas regiões fizeram surgir o debate sobre a “questão regional” que, na época, tinha o mesmo sentido de “questão nordestina” (VIDAL, 2004). Numa tentativa de enfrentar essas desigualdades, um conjunto de instituições federais foi criado: o DNOCS (antigo IFOCS), em 1945, para superar o problema das estiações prolongadas; a Chesf, também em 1945, para construir a infraestrutura na oferta de energia elétrica; a Codevasf, em 1947, para desenvolver o vale do São Francisco; o BNB, em 1952, para apoiar a economia regional, especialmente a do semi-árido; e, por último, a Sudene, em 1959, para planejar o desenvolvimento da região (CARDOSO, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, com o processo de industrialização comandado pela Sudene, o Nordeste expandiu e transformou sua estrutura produtiva. Nas décadas de 1960-1990, “o lento crescimento que, durante muitas décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolvem na região” (ARAÚJO, 2002, p.2). Na análise sobre o desenvolvimento regional, desse mesmo período, Leonardo Guimarães Neto defende que essa região conheceu quatro fases bem distintas na sua trajetória entre 1960 e 2000. Em todas essas etapas, o desempenho de sua economia “seguiu de perto a evolução da economia brasileira, crescendo quando esta última crescia e reduzindo a intensidade do seu nível de atividades quando a economia nacional registrava desaceleração” (GUIMARÃES NETO, 2004, p.155).

Patrocinado pelos investimentos estatais, o movimento de integração econômica realizou a passagem do domínio da *articulação* meramente *comercial* entre as regiões brasileiras, predominante nas décadas anteriores, para a *integração produtiva* e a incorporação físico-territorial da era Sudene, agregando a dinâmica nordestina às tendências gerais da economia nacional. Essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) houve a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infraestrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expandiu a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à *fase de desaceleração*, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo na economia regional. A taxa média diminuiu, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas de crescimento menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a *fase de continuidade da desaceleração e crise* (ibidem, p. 153-154).

As condições econômicas nordestinas da última década desse período se distanciaram significativamente da antiga base produtiva dos anos 1950, alterando-a quase por completo. O PIB do Nordeste, entre 1960 e 1990, passou de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 91,4 bilhões. Os investimentos produtivos (públicos e privados) na região elevaram seguidamente sua participação no PIB nacional, saltando de 12%, em 1960, para 17%, em 1990. Esse crescimento do Nordeste em relação ao país teve outra característica importante, a radical transformação no perfil de sua estrutura produtiva. No espaço de três décadas, o setor agropecuário – que representava 41% da riqueza regional em 1960 – ficou reduzido a somente 14,4% dessa participação. O setor industrial, que tinha 12% do PIB regional, alcançava 28,2%, em 1990. E o setor de serviços cresceu de 47% para 57,4% (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004). Terminado o período de intervenção da Sudene, as atividades urbanas (indústrias e serviços) passaram a ter muito mais importância na composição da produção nordestina que as atividades agropecuárias.

No entanto, o crescimento econômico, ao longo de várias décadas, quase não alterou os traços mais fortes da região: a distribuição de renda e de terra desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea, localizada principalmente nas capitais dos estados maiores. Entre 1970 e 1990, os indicadores sociais apontam avanços, mas estes a mantêm distante da média nacional, no que diz respeito aos índices de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e alfabetização. Entre 1970 e 1990, o número de pobres aumentou de 19,4 milhões para 23,7 milhões, e sua participação no total de pobres do país subiu de 43,5% para 53% (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004). Enquanto a economia crescia a taxas mais altas que a média nacional, o Coeficiente de Gini, refletindo o modelo econômico adotado, teve um desempenho contrário ao nacional.

Tabela 1 - Brasil/Nordeste. Coeficiente de Gini (1970/2000)

	1970	1980	1990	2000
BRASIL	0,639	0,611	0,602	0,566
NORDESTE	0,596	0,618	0,622	0,576

Fonte: IBGE (2000) apud ALMEIDA; ARAUJO (2004)

O Semiárido no século XX. O semiárido nordestino é caracterizado pela ocorrência do bioma caatinga e por estar sujeito a períodos cíclicos de seca, fenômeno marcado pelo regime de chuvas com baixo volume e com sua distribuição irregular no tempo e espaço. A seca, uma característica do semiárido, é parte da história do sertão nordestino, existindo registros de sua ocorrência desde o século XVI. No século XIX, com o sertão mais densamente ocupado pelo sistema produtivo baseado no complexo algodão–pecuária– culturas de subsistência, algumas iniciativas públicas emergenciais foram pensadas em relação à seca que passou a ter destaque nacional, pelos prejuízos que causava a essa produção e a sua população.

Tabela 2 - Nordeste: área do semiárido por estado e número de municípios (2010)

UF/Região	NORDESTE		SEMIÁRIDO NORDESTINO			
	Área total (km ²)	Município	Área total (km ²)	%	Município	%
AL	27.779,343	102	12.579,185	45,28	38	37,25
BA	564.830,538	417	391.485,078	69,31	266	63,79
CE	148.920,538	184	129.178,379	86,74	150	81,52
MA	331.935,500	217	---	---	---	---
MG	586.520,368	853	102.567,248	17,49	85	9,96
PB	56.469,466	223	48.676,947	86,20	170	76,23
PE	98.146,315	185	85.979,387	87,60	122	65,95
PI	251.576,644	224	149.463,382	59,41	128	57,14
RN	52.810,699	167	49.097,482	92,97	147	88,02
SE	21.918,354	75	11.105,591	50,67	29	38,67
NORDESTE	1.554.387,725	1.794	871.565,831	56,46	1.050	58,53
BRASIL	8.502.728,263	5.565	980.133,079	11,53	1.135	20,40

Fonte: IBGE, (2013)

No século XX, surgiu uma nova forma de lidar com a seca, baseada na construção de açudes e irrigação, perfuração de poços e estudos e obras contra os efeitos das secas. Por isso, o Nordeste foi a primeira região brasileira a receber, em 1909, uma instituição federal, o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), transformado em IFOCS em 1927 e DNOCS em 1945, possibilitando a construção de uma rede de estradas, açudes, linhas de telégrafos. Papel importante teve o DNOCS na elaboração de um acervo científico respeitável sobre a região, principalmente numa época em que não existiam universidades no Nordeste, e as faculdades isoladas – na maioria de direito, filosofia e medicina – não desenvolviam pesquisas sobre os aspectos físicos ou sociais da região.

A partir de 1945-1947 duas novas instituições federais, a Companhia do Vale do São Francisco (CVSF) e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) iriam atuar no âmbito do semiárido. Em 1952, o governo federal criou outra instituição destinada a investir em projetos de desenvolvimento regional nordestino, com prioridade para o semiárido, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 1959, coroando uma série de preocupações com o desenvolvimento regional, coincidindo também com um período de seca forte na região, o governo Juscelino Kubistchek cria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Esse período caracterizado por forte intervenção federal por meio de suas instituições – DNOCS, Chesf, Codevasf e Sudene irá até o ano 2000. Neste meio século, a rede de estradas, inicialmente de barro, até os anos 1960, mas com grande parte asfaltada a partir das décadas 1970-1980, irá conectando o litoral ao sertão, criando uma rede viária entre os estados nordestinos e ligando a região com o país. Primeiro pelo próprio DNOCS, depois pelo DNER (fundado em 1934) e pelos departamentos estaduais de rodagem.

A Chesf ficou como responsável pela construção da hidroelétrica de Paulo Afonso I, que entrou em operação em 1954, seguidas da Paulo Afonso II (1967), Paulo Afonso III (1971), Apolônio Sales (1977), Sobradinho e Paulo Afonso IV (1979), Itaparica (1988) e Xingó (2004) e mais sete pequenas unidades (seis hidrelétricas e uma termoelétrica) com um sistema de 18.000 kms de linhas de transmissão e subestações que cobre, atualmente, todo o Nordeste. Por sua vez, fundada como Companhia do Vale do São Francisco, cobrindo centenas de municípios na Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, foi, depois, transformada em Superintendência do Vale do São Francisco (Suvale) e, finalmente, recebeu a denominação de Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco. A Codevasf, centralmente engajada nos projetos de irrigação, exerceu no vale do rio São Francisco, um papel similar ao do DNOCS nas outras áreas sertanejas.

O BNB, o banco regional de fomento, por mais de seis décadas se dedicou a financiar projetos na área agrícola e pecuária e, nas décadas mais recentes, passou por um processo de ampliação nas áreas comerciais e de serviços. A Sudene, ao longo de quatro décadas, ajudou a transformar o perfil industrial da região, aprovando um total de 3.052 projetos, no período 1974-2000, concentrados nas áreas metropolitanas das capitais dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) financiou as principais indústrias que se instalaram na região, liberando R\$15,8 bilhões para projetos, que, somados a contrapartidas, a outros empréstimos e a recursos privados, geraram um investimento total de R\$68,4 bilhões (Sudene, 2001).

Passado esse período de crescimento do Nordeste, a desigualdade intra-regional se mantinha. O Nordeste continuava com sua renda *per capita* representando menos que a metade da nacional e, refletindo as desigualdades internas regionais, o semiárido apresentava uma renda *per capita* um pouco maior do que a metade da renda *per capita* nordestina; significando, com isso, que a região das secas tinha apenas um quarto da renda nacional.

Tabela 3 - PIB Nordeste semiárido, Nordeste fora do semiárido, Nordeste e Brasil, 2005

REGIÃO	PIB (R\$ milhões)		PIB per capita (R\$ mil)	
	Valor Total	Brasil (%)	Valor Total	Brasil (%)
NE SEMIÁRIDO	73.954	3,44	3.579,17	30,70
NE FORA DO SEMIÁRIDO	206.551	9,62	6.804,08	58,36
NORDESTE	280.504	13,06	5.498,03	47,16
BRASIL	2.147.239	100	11.658,10	100

Fonte: ARAÚJO e LIMA (2009)

O novo padrão para o semiárido.

Com o retorno do Brasil ao regime democrático (1985) e da promulgação da Constituição de 1988, criou-se um ambiente mais favorável ao debate sobre os rumos do desenvolvimento regional e às políticas públicas de inclusão, e ao consequente acesso dos diversos grupos aos benefícios da cidadania. Com a estabilidade política e a consolidação dos valores democráticos

ficava mais fácil propor e desenvolver programas de desenvolvimento que influenciariam decisivamente o futuro do Nordeste.

A extinção da Sudene, em 2000, coincide com um período onde já predominava uma nova visão de desenvolvimento regional baseada não mais na “redenção” do semiárido mediante o combate à seca, mas sim de saber lidar com ela: convivência com a seca” (BURSTYN, 2007, p.12). Essa visão supera a antiga lógica exclusiva dos investimentos nos grandes investimentos em política hidráulica do DNOCS, nos perímetros irrigados da Codevasf, nas linhas de transmissão da Chesf, nos grandes projetos industriais complementares da Sudene, nos financiamentos da agricultura ou pecuária sertaneja do BNB ou na disseminação das pesquisas agrícolas da Embrapa para o agronegócio, que tinham criado, no espaço do semiárido, as condições de existência competitiva de alguns polos produtivos competitivos.

Buscava-se, agora, os programas que priorizassem melhorias na equidade social por meio de políticas sociais de educação e saúde, combinadas com o aumento da renda dos estratos mais pobres, que, juntos aos programas de crescimento das pequenas e médios empreendimentos urbanos, vinculados à economia informal, e rurais, à agricultura informal, iriam criar um tecido social mais dinâmico e, portanto, com maior possibilidade, no caso do semiárido, de enfrentamento da estiagem prolongada.

Partindo de uma base material construída ao longo de cinco décadas, políticas e programas puderam ser desenvolvidos a partir de uma nova visão de desenvolvimento regional. Em vez de “combater” a seca exclusivamente com obras de captação e reserva de água, a nova política se define pela oferta de água urbana (adutoras, sistema de abastecimento) e rural (cisternas, barreiros, etc.); os perímetros irrigados continuaram, mas a nova política de irrigação trouxe a possibilidade do aproveitamento da água na produção da agricultura familiar, majoritária na região; a pecuária sofreu uma mudança de perfil com a ampliação de espaços para a criação de pequenos animais, como os ovinos e caprinos; assim como na área agrícola, com as novas plantas mais resistentes aos períodos de estiagem.

A industrialização comandada pelo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) foi substituída, primeiro pela “guerra fiscal” e, logo depois, pelos movimentos de industrialização baseados nas oportunidades estaduais influenciadas fortemente pela infraestrutura local e pela conexão desse aspecto com o mercado mais amplo, regional ou nacional. O BNB passou a ter um papel mais amplo, financiando os pequenos e médios negócios, inclusive industriais, com um sistema capilarizado baseado em programas de crédito, como o Crediamigo, Agroamigo e o Pronaf. A Chesf, além da expansão de suas linhas de distribuição, exclusivas para os grandes consumidores públicos e privados, adotou o programa federal Luz Para Todos. Entre 2007 e 2012, o Nordeste recebeu metade das ligações do programa, com 1,4 milhão de ligações que beneficiam 7,1 milhões de pessoas. Em 2012, a região Nordeste já possuía 98,9% de seus domicílios com eletricidade.

AS RAZÕES DA RENDA.

Nesta atual fase de crescimento, a economia dos estados nordestinos vem sendo impulsionada pelos setores privados, que comandam a elevação das exportações, respondem pelo aumento do consumo de energia, dinamizam o turismo e favorecem a geração de emprego. No entanto, os setores privados têm um importante aliado, que são os recursos federais destinados à região que dão um novo padrão a esse período. A presença federal por meio das aplicações nas atividades permanentes, como educação e saúde, investimentos produtivos (microcrédito, Pronaf) combinada aos recursos para os programas de transferência direta, somam valores que representam um percentual significativo no PIB de cada uma das unidades nordestinas e de seus municípios.

A presença dos recursos da União nas finanças regionais – investimentos e transferências – é um dos elementos para a explicação do funcionamento das políticas públicas regionais – estaduais e municipais – nordestinas. A relação entre o valor da arrecadação dos impostos e das contribuições federais no Nordeste (IPI, IR, Cide, etc.) e a soma das transferências constitucionais (FPE, Fundeb,

Lei Kandir, etc.), mais os recursos das transferências voluntárias e dos programas nacionais para a região, pode ser exemplificada nas contas de 2012 (Tabela 4).

Tabela 4 - Nordeste. Finanças públicas (2012)

UF	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	ARRECADAÇÃO NO ESTADO	SALDO	ICMS ARRECADADO
AL	6.065.347.153	1.598.183.597	4.671.635.563	2.453.754
BA	20.173.097.638	13.890.399.933	6.282.697.705	13.169.884
CE	12.363.358.390	8.152.272.786	4.211.085.604	7.646.410
MA	12.025.685.361	4.379.150.627	7.646.534.734	3.858.928
PB	6.857.086.647	2.547.192.916	4.309.893.731	3.248.745
PE	12.063.535.470	12.668.823.096	-605.287.625	10.601.777
PI	6.442.079.589	1.417.238.682	5.024.840.907	2.395.316
RN	5.841.801.026	2.478.513.152	3.363.287.	3.690.518
SE	4.711.386.250	1.872.268.286	2.839.117.964	2.301.428
NE	86.543.377.528,17	49.004.043.074	37.539.334.454,17	49.366.762

Fonte: Ministério da Fazenda (2013)

Para uma arrecadação federal de 49 bilhões de reais no Nordeste, a União transferiu 86,5 bilhões de reais, gerando um saldo líquido de 37,5 bilhões de reais favorável à região. Para efeitos comparativos, na última coluna do quadro abaixo, estão registrados os valores arrecadados de ICMS em cada um dos estados. Em nenhuma das unidades, o valor do ICMS arrecadado se equivale ao volume transferido pela União. Das nove unidades, apenas Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco arrecadam mais impostos estaduais que o saldo entre a receita federal e as transferências para os estados.

Essas transferências são significativas, também, porque incidem em uma região caracterizadamente pobre e urbanizada recentemente. O perfil de renda da população nordestina com mais de 10 anos e ocupada reproduz o traço mais forte da economia regional, que é a sua pobreza: 15% não possui renda alguma, 47% recebe até 1 salário mínimo, 23% entre um e dois salários e apenas 15% recebe mais de dois salários; ou seja, 62% não têm renda ou recebem até um salário mínimo e, no outro polo, 38% possuem renda acima do piso salarial nacional.

O Nordeste possui uma população pobre e crescentemente urbanizada. Nas três últimas décadas, a região urbanizou-se rapidamente. A migração rural e o crescimento acelerado transformaram, majoritariamente, a população nordestina em cidadina. Esse novo quadro implica uma agenda de investimentos para dois terços de sua população. No entanto, apesar desse novo perfil, a população de 14,2 milhões de pessoas que vivem no campo continua significativa, representando quase metade dos 31 milhões de habitantes da área rural brasileira (IBGE, 2012).

O semiárido urbaniza-se. A construção da imagem de um Nordeste exclusivamente rural, tanto em sua zona da mata, a área canavieira, como no mundo sertanejo, é um processo do século XIX. A urbanização nordestina, que desde 1980 incorporou mais da metade da população regional e hoje representa 73% de seus habitantes modificou essa paisagem. Essa parte urbanizada está distribuída em três regiões metropolitanas nacionais (Fortaleza, Recife e Salvador), em dezenas de cidades de porte médio e localidades urbanizadas menores que exercem o papel de polos mesorregionais, onde estão concentradas as áreas dinâmicas da economia nordestina e centenas de sedes de municípios menores. No semiárido, a urbanização já alcança 62% da população sendo que apenas no Piauí a população rural é maior que a urbana. Esse é um elemento decisivo para se compreender o novo cenário apresentado na seca 2001/2013: a rede urbana, com sua capacidade de resposta, está mais próxima do mundo rural, que diminuiu de tamanho relativo no sertão nordestino.

Emprego. Essa etapa atual de crescimento econômico nordestino tem permitido uma ampliação do mercado formal de trabalho, aumentando o número de assalariados com contrato de trabalho em quase 100%. Entre 2000 e 2011, o Nordeste ampliou em 4,1 milhões o número de novos contratos

formais de trabalho, o que garante tanto uma presença forte na geração de emprego do país, como um aumento da renda familiar média dos trabalhadores da região (Tabela 5).

Tabela 5 - Nordeste. Empregos formais (2000/2011)

SETOR	2000	2004	2008	2010	2011
Extrativa Mineral	20.070	23.391	38.205	35.576	41.051
Indústria de Transformação	585.147	734.227	939.418	1.052.444	1.053.602
Serviços Industriais Públicos	58.725	65.702	71.070	78.259	78.986
Construção Civil	208.622	209.000	364.452	570.023	604.125
Comércio	628.678	827.756	1.141.999	1.368.458	1.482.611
Serviços	1.177.402	1.441.667	1.855.836	2.181.320	2.384.109
Administração Pública	1.526.055	1.864.022	2.306.415	2.488.100	2.546.661
Agropecuária	169.994	228.965	231.312	236.659	244.825
TOTAL	4.374.850	5.394.730	6.948.709	8.010.839	8.481.080

Fonte: MTE/RAIS (2013)

Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, essa evolução no mercado está marcada pelo aumento de novos postos de trabalho quase exclusivamente no mundo urbano, a exemplo das vagas abertas na indústria de transformação (470 mil novos empregos), na construção civil (400 mil), comércio (850 mil novos postos), serviços (1,2 milhão) e administração pública (1 milhão).

O salário mínimo. Com um perfil pobre e urbano, o Nordeste possui mais da metade dos trabalhadores brasileiros que recebem o piso salarial nacional. De acordo com a PNAD/IBGE (2006), enquanto 35,9% dos trabalhadores do país vivem com esse rendimento, na região essa fatia sobe para 62,1%. Portanto, toda e qualquer elevação no valor desse piso provoca alterações no poder de compra da maioria dos seus assalariados. Como, nos últimos dez anos (2003-2013), o salário mínimo no país teve um aumento nominal de 239%, com aumento real (descontada a inflação) de 70,49%, o Nordeste foi diretamente beneficiado.

No período 2003-2013, a combinação de aumentos regulares do salário mínimo mais o controle inflacionário, redução dos preços dos produtos agrícolas e taxa de câmbio favorável às importações de produtos de consumo popular, permitiu uma queda no valor da cesta básica em todo o país, especialmente nessa região (Tabela 6). Com isso, parte do dinheiro comprometido com alimentação foi liberado, aumentando, assim, a capacidade aquisitiva dos trabalhadores assalariados e dos beneficiários da Previdência que têm no salário mínimo sua referência de renda.

Tabela 16 - Brasil. Evolução do salário mínimo (2003-2013)

ANO	VALOR NOMINAL	REAJUSTE %	INPC %	AUMENTO REAL %
2003	240,00	20,0	18,54	1,23
2004	260,00	8,33	7,06	1,19
2005	300,00	15,38	6,61	8,23
2006	350,00	16,67	3,21	13,04
2007	380,00	8,57	3,30	5,10
2008	415,00	9,21	4,98	4,03
2009	465,00	12,05	5,92	5,79
2010	510,00	9,68	3,45	6,02
2011	545,00	6,86	6,47	0,37
2012	622,00	14,13	6,08	7,59
2013	678,00	9,00	6,10	2,73
TOTAL	-	239,00	98,85	70,49

Fonte: DIEESE (2013)

Políticas sociais permanentes. Os indicadores de desenvolvimento humano do Nordeste apresentaram, em 2000, um avanço significativo em relação a 1991, com melhorias nas suas áreas de saúde e educação. Um papel decisivo neste processo tem assumido as políticas públicas na área do atendimento básico de saúde, como é o Programa de Saúde da Família e a rede de ensino básica, que conta com os recursos do Fundo de Educação Fundamental, o Fundef (hoje Fundeb). O Programa de Saúde da Família, implantado em 1998, ampliou sua cobertura em 2000, ano em que alcançou um quarto da população para, em 2012, chegar a 72,55% dos nordestinos (Tabela 7).

Tabela 7 - Nordeste Evolução da cobertura da saúde básica (2000-2010)

UF	MUNICÍPIOS COM ESF		NÚMERO DE EQUIPES		COBERTURA		EQUIPE DE SAÚDE BUCAL	
	2000	2012	2000	2012	2000	2012	2000	2012
AL	100	102	486	764	55,71	77,18	--	571
BA	63	415	249	2.851	6,56	62,84	--	1.952
CE	161	183	782	1.858	37,66	69,00	--	1.365
MA	48	217	128	1.751	8,14	76,03	--	1.187
PB	140	219	324	1.246	31,10	92,86	--	1.153
PE	149	184	779	1.897	35,07	68,74	--	1.352
PI	189	218	413	1.109	50,22	95,48	--	953
RN	84	166	176	866	21,98	74,21	--	854
SE	53	74	212	557	41,64	84,06	--	385
NE	967	1.775	3.509	12.861	25,62	72,55	--	9.772

Fonte: Ministério da Saúde (2013)

No âmbito da educação, a região também avançou. A população estudantil no Nordeste apresentou, entre os anos 2000 e 2010, uma pequena taxa de crescimento. O número de alunos matriculados nos níveis infantil, médio e ensino de jovens e adultos (EJA) aumentou em pouco mais de dois milhões de estudantes, o que compensou a perda de dois milhões de alunos no ensino fundamental. Essa pequena taxa de crescimento é explicada por uma mudança demográfica interna (Tabela 8).

Tabela 8 - Nordeste. População estudantil (2000-2010)

NÍVEL	2000	2010
INFANTIL	2.534.655	3.109.996
FUNDAMENTAL	11.482.598	9.393.530
MÉDIO	1.912.267	2.490.349
EJA	240.914	1.422.826
TOTAL	16.170.434	16.416.701

Fonte: IBGE (2013)

A população em idade escolar na região nordestina vem diminuindo de forma regular. Para uma população total 10% maior em relação a 2000, o número de crianças entre 0 e 9 anos diminuiu em 1,4 milhão de habitantes; e o número de jovens entre 10 e 19 anos também diminuiu, em escala menor, em 700 mil pessoas. O que significa uma maior cobertura escolar, apesar da manutenção da população matriculada (Tabela 9).

Tabela 9 - Nordeste. População em idade escolar (2000-2010)

GRUPOS DE IDADE	2000	2010
0-4 anos	5.060.487	4.231.909
5-9 anos	5.132.313	4.626.691
10-14 anos	5.549.925	5.246.090

15-19 anos	5.571.708	5.137.131
0-19 anos	21.314.433	19.241.821

Fonte: IBGE (2013)

Em uma região caracterizada como atrasada em seus indicadores sociais, um fenômeno também de destaque na área educacional é o ensino universitário. Neste nível de ensino, o Nordeste deu um salto maior que o do ensino básico (infantil, fundamental e médio). A região mais que triplicou o número de alunos matriculados, passando de 15,35% do total de universitários matriculados no país, em 2000, para 19,68%, em 2011 (Tabela 10).

Tabela 10 - Brasil e regiões. Alunos matriculados no ensino superior (2000-2011)

REGIÕES	2000	%	2011	%
NORTE	115.058	4,27	520.274	7,72%
NORDESTE	413.709	15,35	1.326.656	19,68
SUDESTE	1.398.039	51,89	3.110.913	46,16
SUL	542.435	20,13	1.144.303	16,98
CENTRO-OESTE	225.004	8,36	637.543	9,46
BRASIL	2.694.245	100,00	6.739.689	100,00

Fonte: INEP (2013)

Um dos sintomas desta cobertura da rede de ensino é o novo perfil educacional do eleitorado nordestino. A escolaridade desse eleitorado pode ser comparada entre os anos 2000 e 2012, quando a entrada de nove milhões de novos eleitores alterou a anterior distribuição por faixa escolar. O número de analfabetos diminuiu significativamente (de 49 para 32%), crescendo, principalmente, o eleitorado de nível médio e superior, que saltou de 18 para 32% nesse mesmo intervalo de tempo (Tabela 11).

Tabela 11 - Nordeste. Eleitorado por grau de instrução (2000-2012)

GRAU	2000	%	2012	%
Analfabeto	14.508.143	49,076	12.320.181	32,314
Fundamental	9.640.703	32,612	13.537.938	35,507
Médio	4.609.558	15,593	10.566.744	27,714
Superior	803.626	2,719	1.702.357	4,465
NORDESTE	29.561.610	100,00	38.127.220	100,00

Fonte: TSE (2013)

Previdência. A Previdência executa um amplo programa de transferência de renda, tanto das regiões mais ricas para as mais pobres como também dos municípios de maior produto para os menos aquinhoados (CAETANO, 2008). No Nordeste, sob todos os aspectos, a Previdência chega a ser mais importante que o Programa Bolsa Família (PBF): possui 1,2 milhão de beneficiários a mais que o PBF, e, dos 8,2 milhões de beneficiários, 7,2 milhões recebem um salário mínimo (970 mil recebem entre um e cinco salários e apenas 33 mil recebem o equivalente a cinco ou mais salários). Importa destacar que, além de pagar a previdência rural de 4,2 milhões de beneficiários, o INSS é responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas (Tabela 11). O BPC é um direito que consiste no pagamento de um salário mínimo a pessoas de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente. Em ambos os casos, a renda per capita familiar chega a ser inferior a ¼ do salário mínimo. Na região Nordeste, são 970 mil beneficiários. Portanto, a Previdência cobre um número maior de famílias, e os recursos anuais são cinco vezes maiores que os do Programa Bolsa Família.

Tabela 12 - Nordeste. Previdência social (2012)

ESTADOS	PAGAMENTOS	ARRECAÇÃO	SALDO
BAHIA	18.939.254.725	7.309.391.086	11.629.863.639
SERGIPE	2.584.006.776	1.251.010.115	1.332.996.661
ALAGOAS	3.990.943.906	1.078.340.260	2.912.603.646
PERNAMBUCO	12.370.630.693	5.645.756.690	6.724.874.003
PARAIBA	5.340.708.464	1.697.561.178	3.643.147.286
RIO GR. NORTE	4.316.414.365	1.618.560.545	2.697.853.820
CEARÁ	11.017.407.214	4.921.248.739	6.096.158.475
PIAUI	4.363.142.183	1.115.176.518	3.247.965.665
MARANHÃO	7.198.505.187	1.675.579.779	5.522.925.408
TOTAL	70.121.013.513	26.312.624.910	43.808.388.603

Fonte: INSS (2013)

Nos últimos anos, 8,2 milhões de segurados pelo INSS foram favorecidos pelos reajustes acima da inflação para o salário mínimo, valor de referência de 85% das aposentadorias. A Previdência apresenta outra característica positiva à economia do Nordeste: para uma folha de pagamento anual de 70,1 bilhões de reais (em 2012), a arrecadação na região foi de R\$ 26,3 bilhões, o que significa um saldo líquido de 43,8 bilhões de reais transferidos de outras regiões para o Nordeste. A arrecadação anual nordestina para o INSS corresponde a 35,7% dos pagamentos realizados a título de pensões e aposentadorias no mesmo período. Os pagamentos do INSS superam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 70% das localidades, e a receita do INSS em 90% dos municípios é menor que o valor dos benefícios pagos, caracterizando-os assim como “municípios previdenciários”.

Pelo número de beneficiários, capilaridade e volume de recursos, a Previdência Social é outro elemento que exerce uma sentida influência na economia regional, especialmente nos municípios menores e nas áreas mais pobres, como o Semi-Árido. Nesta última década, o número de segurados tem crescido regularmente no Nordeste. Entre o período 2004 e 2012, 2,2 milhões de novos benefícios entraram em vigor, sendo que, destes, um milhão foram para aposentadorias rurais (Tabela 13).

Entre os anos de 2004 e 2012, o valor médio dos seguros, acompanhando a elevação do salário mínimo, teve um crescimento nominal de 130% no valor geral, 110% no benefício urbano e 150% no valor do pagamento aos beneficiários do segmento rural. Esse valor é significativo para o campo nordestino, na medida em que, embora represente apenas 28% da população brasileira, o Nordeste detém 46% da população economicamente ativa (PEA) agrícola do Brasil (IBGE, 2008).

Tabela 13 - Nordeste. Previdência social no campo (2012)

ESTADO	NORDESTE	PREVIDENCIA RURAL (2012)	
	Domicílios permanentes	Beneficiários	Valor benefícios
MARANHÃO	579.729	616.675	4.490.397.485
PIAUI	279.951	365.813	2.663.614.647
CEARÁ	555.784	734.204	5.383.037.383
R. GR. NORTE	187.267	258.109	1.897.745.725
PARAIBA	250.911	350.369	2.582.921.352
PERNAMBUCO	455.715	569.619	4.200.631.834
ALAGOAS	204.772	172.295	1.265.645.830
SERGIPE	149.516	129.254	938.797.446
BAHIA	1.059.298	1.065.067	7.808.936.762
NORDESTE	3.722.943	4.261.405	29.333.982.739

Fonte: INSS (2013)

Bolsa Família. O Nordeste possui metade das famílias pobres e dos indigentes do Brasil. Por esta razão, metade do contingente inserido no Programa Bolsa Família se encontra nos estados

nordestinos. Segundo a PNAD 2006, a região tem o percentual mais elevado (35,9%) de domicílios em que algum morador recebeu dinheiro de programa social de transferência de renda. Uma em cada três famílias nordestinas, de acordo com a pesquisa, recebia o PBF, em 2006. Na pesquisa anterior, referente a 2004, o Nordeste já liderava o *ranking* de recebimento de benefícios por domicílio, com índice de 32% (IBGE, 2005). A evolução da cobertura do programa Bolsa Família, entre os anos de 2004 e 2012, saltando de 2,1 milhões para 7 milhões de famílias nordestinas, revela a importância desse programa na economia regional. Os valores dessa cobertura foram multiplicados por seis vezes. Ou seja, quase metade da população nordestina recebe um pagamento mensal do mais capilarizado programa de transferência de renda nacional.

A rede de seguridade social. A dimensão dos programas de transferências diretas de renda e da Previdência Social no Nordeste pode ser avaliada pelo número de famílias contempladas. Admitindo que o público-alvo de cada programa (previdenciário ou transferência direta) possui renda diferenciada e, portanto, perfis distintos, pode-se afirmar, com segurança, que a combinação da rede de seguridade social formada pela Previdência, Bolsa Família e demais programas cobre mais de dois terços dos 14,9 milhões domicílios nordestinos (Tabela 14).

Tabela 14 - Nordeste. Rede de proteção social (2012)

ESTADOS	DOMICÍLIOS	PREVIDÊNCIA	BOLSA FAMÍLIA
MARANHÃO	1.653.701	922.049	951.611
PIAUI	848.263	554.664	455.182
CEARÁ	2.365.276	1.328.587	1.107.009
RIO G. NORTE	899.513	509.601	364.751
PARAIBA	1.080.672	651.152	506.234
PERNAMBUCO	2.546.872	1.383.385	1.151.313
ALAGOAS	842.884	468.397	436.270
SERGIPE	591.315	292.555	268.330
BAHIA	4.094.405	2.142.909	1.808.346
NORDESTE	14.922.901	8.253.299	7.041.046

Fonte: IBGE, MDS e INSS (2013)

A importância da rede de seguridade social no Nordeste para a formação da renda regional pode ser compreendida por uma simples comparação entre a renda gerada na principal atividade assalariada agrícola (corte da cana) e os recursos do programa Bolsa Família. A região produz, em média, 60 milhões de toneladas de cana por ano. A safra da cana-de-açúcar mobiliza, anualmente, cerca de 150 mil trabalhadores assalariados nos nove estados produtores. Para cada tonelada de cana cortada, um trabalhador recebe, em média, o valor de R\$ 6,00 (dezembro de 2012), o que significa um montante de R\$360 milhões por safra.

O programa Bolsa Família transfere, nos dois maiores estados produtores (Alagoas e Pernambuco, responsáveis por 48 das 60 milhões toneladas de cana), um volume anual de R\$2,7 bilhões. A renda pelo corte da cana, nestes dois estados, equivale a soma de R\$288 milhões. Nove vezes menos que os recursos transferido via Bolsa Família. Nenhum setor econômico nordestino – industrial, agrícola ou de serviços – produz um volume de renda tão alto, nem consegue se aproximar da renda gerada pelos programas federais ao longo do ano.

Trabalhando com o conceito de “economia sem produção”, elaborado por Gustavo Maia Gomes em seu livro “Velhas secas em novos sertões” (IPEA, 2001), um novo estudo, escrito por Leonardo Araújo e Policarpo Lima (2010), reforça a informação de que as recursos originários da previdência social, dos programas de transferências de renda e dos salários do funcionalismo público representam

a maior fonte de renda do semiárido, muito superiores ao tradicional setor agropecuário da região; demonstrando, também que a “economia sem produção” praticamente dobrou de tamanho em relação à primeira estimativa feita dez anos antes (ARAÚJO e LIMA, 2010).

O CONSUMO POPULAR.

O mercado regional nordestino, assim como o brasileiro, vem atravessando um momento financeiro marcado pela combinação, por um lado, de um cenário nacional favorável, com a recuperação da renda dos assalariados, elevação do número de trabalhadores com carteira assinada e a ampliação das transferências; por outro, contando com as inovações do processo de bancarização, que vem facilitando o acesso ao crédito. Conta também com a presença do crédito consignado para assalariados e beneficiários da previdência social e a ampliação do microcrédito produtivo.

A bancarização e o crédito. O acesso facilitado à rede bancária, por meio da abertura de uma conta simplificada (sem comprovação de renda ou depósito mínimo) e o uso de cartão de débito cresceram numa média mais alta que a forma tradicional de bancarização. Incorporando os chamados segmentos de baixa renda, o sistema financeiro ampliou consideravelmente o número de pessoas com acesso a esse serviço. O Nordeste, pelas características da população, foi a região mais beneficiada.

Numa pesquisa intitulada "Indicadores do Mercado de Meios Eletrônicos de Pagamento", o Banco Itaú demonstrou que a região Nordeste liderou o aumento da circulação de cartões de crédito no país entre 2003 e 2008. De acordo com o levantamento, esse crescimento foi, no período, de 140,9%, enquanto a alta média no Brasil chegou a 105,5%, saltando de 10,7 milhões de cartões para 25,8 milhões; uma taxa que supera a do Sudeste (94,3%) e a do Sul (99,6%). Em 2003, enquanto se concentrava, no Sudeste, 63% do faturamento dos cartões de crédito, em 2008 a participação da região estava em 56,5%; no Centro-Oeste, subiu de 5,7% para 7,4% do total; no Norte, de 5,2% para 5,8%; no Sul, 7,3% para 8%; e no Nordeste, esse acréscimo foi de 18,7% para 22,4% (BANCO ITAÚ, 2008). Apesar desse crescimento, o Nordeste continua sendo, na atualidade, a região com menores índices de inclusão financeira, medida pelo Banco Central (Tabela 15).

Tabela 15 - Nordeste. Índice de inclusão financeira (2000-2010)

ESTADOS	2000		2005		2010	
	Valor	Posição	Valor	Posição	Valor	Posição
Sergipe	7,4	11	11,0	12	16,0	14
Pernambuco	3,5	25	8,7	15	15,6	15
Rio Gr. do Norte	5,6	14	8,4	19	14,8	16
Paraíba	4,5	18	7,8	22	14,7	17
Alagoas	5,4	15	8,6	17	14,4	19
Bahia	5,3	16	7,7	23	13,9	20
Ceará	4,4	19	8,0	21	12,3	24
Piauí	6,6	13	5,0	26	10,1	25
Maranhão	2,5	26	4,2	27	8,5	27
BRASIL	9,0	---	13,8	---	21,7	---

Fonte: BCB (2013)

Outra novidade no mercado financeiro é o crédito descontado em folha. O novo produto financeiro, com taxas de juros menores e facilidades nos prazos, encontrou terreno fértil no Nordeste. Os trabalhadores formais – assalariados do setor privado e do funcionalismo público – formam um contingente de 8,5 milhões de clientes em potencial. Somam-se a esse contingente, os 8,2 milhões de segurados da previdência. A importância desse novo instrumento financeiro para a renda regional pode ser dimensionada pela rápida ampliação do volume emprestado pelos bancos e pelas financeiras aos beneficiários do INSS, que foi multiplicado por vinte vezes entre 2004 e 2012 (INSS, 2013).

O microcrédito. Mas não é somente no segmento do crédito ao consumo que o Nordeste se destaca. A região conta com o maior programa de microcrédito produtivo da América Latina, o Crediamigo, que ocupa 60% do mercado nacional desse tipo de crédito. Em quinze anos de atuação, o Programa já realizou mais de 12,7 milhões de operações de crédito, atendendo 1,5 milhão de clientes desembolsando valores no total de R\$ 14,9 bilhões. Analisando a atuação do programa entre 1997 e 2003, o livro “Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro”, publicado pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), concluiu que o acesso ao crédito na região Nordeste subiu de 3,97% para 6,27%, enquanto nas outras áreas urbanas brasileiras passou de 5,34% para 5,99%; e que mais da metade (60,8%) dos clientes do Programa saíram da linha da pobreza e deixaram para trás a condição de miserabilidade (NERI, 2008).

A importância financeira do Crediamigo para a economia nordestina foi reafirmada na edição número 41 da revista *Desafios*, do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), que dedica sete páginas da seção “melhores práticas” à análise do Programa do BNB, que formou “uma legião de microempreendedores” em 1,4 mil municípios nordestinos (IPEA, 2008). Da mesma forma, o programa Agroamigo, também operacionalizado pelo Banco do Nordeste, desembolsou, entre os anos de 2005 e 2012, um total de R\$3,2 bilhões em 1,8 milhão de operações. Também na área rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Pronaf, no ano de 2012, desembolsou R\$ 1,7 bilhão em 646 mil contratos para produtores nordestinos considerados familiares (BNB, 2013).

Consumo. A combinação entre o crescimento econômico regional, a formalização de 4,1 milhões de trabalhadores, a ampliação das transferências, os aumentos reais do salário mínimo, a queda no valor da cesta básica e a maior facilidade de acesso ao crédito com a entrada dos novos meios financeiros gerou uma recuperação da renda dos assalariados e dos segmentos mais pobres da população e a conseqüente entrada de milhões de novos consumidores no mercado. O resultado disso é a elevação do consumo popular na região Nordeste, nos anos recentes. Talvez seja esta uma das maiores evidências dessa fase do crescimento regional. Os resultados mensais da Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, registraram um salto no consumo regional que vem se sustentando de 2004 até 2012. Todos os estados nordestinos vêm obtendo os seus melhores índices dessa série histórica (IBGE, 2013).

O Nordeste, com seus 53 milhões de habitantes, transformou-se num atraente mercado consumidor e, por isso, vem recebendo investimentos das redes de magazines, cadeias de supermercados e dos grandes grupos produtores de alimentos. Recente estudo comprova que a rede de proteção social “melhorou a dinâmica das atividades comerciais nos municípios do interior do semiárido nordestino, em função da regularidade da renda” (BURZSTYN & CHACON, 2011, p.45).

O novo padrão de consumo está centrado em itens básicos, os bens não-duráveis, sensíveis à renda, nos setores de alimentação, vestuário, remédio e produto de higiene e limpeza. Com a renda crescente por um período mais longo, outros produtos e serviços, como a telefonia móvel e os transportes se incorporam à dinâmica do consumo regional (Tabela 16). O Nordeste é hoje o mercado de maior expansão para a telefonia celular, saltando de 7 milhões de celulares, em 2002, para 64 milhões, em 2012 (ANATEL, 2013).

Tabela 16 - Nordeste. Telefonia móvel (2002-2012)

ESTADOS	2002	DENSIDADE	2012	DENSIDADE
ALAGOAS	295.534	10,12	3.736.971	113,27
BAHIA	1.140.327	8,25	17.131.333	113,5
CEARA	596.060	8,09	10.282.350	116,2
MARANHÃO	290.381	5,08	6.024.403	90,33
PARAIBA	290.383	8,19	4.673.662	119,30
PERNAMBUCO	1.103.717	13,91	11.833.444	130,94
PIAUI	146.492	5,02	3.744.480	114,23
RIO GRANDE DO NORTE	304.009	10,73	4.365.446	132,72
SERGIPE	190.601	10,57	2.685.596	126,78
NORDESTE	7.079.743	8,92	64.477.685	116,07

Fonte: ANATEL (2013)

Nesta mesma direção, aparecem os itens considerados fora da categoria “básica”, os bens sensíveis ao crédito, como os meios de transporte individuais. As vendas de automóvel, e, principalmente, de motocicletas, apontam para uma expansão da frota de automotivos no Nordeste entre 2000 e 2012, quadruplicando o número de motos e aumentando em 50% a quantidade de automóveis (Tabela 17).

Tabela 17 - Nordeste. Frota automotiva (2000-2012)

ESTADOS	AUTOMÓVEIS		MOTOS	
	2000	2012	2000	2012
Alagoas	114.287	253.554	40.507	201.544
Bahia	574.781	1.301.065	78.872	1.028.912
Ceará	388.948	808.892	239.656	1.047.031
Maranhão	108.521	307.803	91.925	616.502
Paraíba	168.540	376.456	72.493	381.026
Pernambuco	509.665	1.010.257	184.156	830.797
Piauí	92.195	230.095	76.049	426.589
Rio Grande do Norte	168.118	396.831	87.909	355.113
Sergipe	113.260	243.732	46.226	204.596
NORDESTE	2.238.245	4.928.685	917.793	5.092.090

Fonte: DENATRAN (2013)

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES. O Nordeste continua sendo a região brasileira com os indicadores sociais mais problemáticos, resultado da sua pobreza econômica, combinada com uma estrutura fundiária carente de modernização e com disparidades na distribuição da renda. No entanto, nos últimos anos, os índices de desigualdade social na região parecem apontar para a coincidência entre crescimento econômico e queda das assimetrias sociais. Como era de se esperar, as mudanças ainda estão distantes do ritmo necessário para se aproximarem, no curto e médio prazos, dos níveis de renda das demais regiões.

O Nordeste, com todas as suas sub-regiões (Sertão, Mata, Agreste e Meio Norte), vem aumentando todos os indicadores de qualidade de vida de forma mais rápida que a média brasileira, aproximando-se dos índices nacionais (Tabela 18). A PNAD de 2011 revelou que os serviços públicos – água conectada à rede geral, lixo coletado e iluminação elétrica – estão na maioria dos domicílios e que alguns bens duráveis, exceto computador e máquina de lavar, fazem parte do patrimônio familiar da maioria dos nordestinos.

Tabela 18 - Brasil/Nordeste. Domicílios particulares permanentes por existência de alguns bens duráveis e alguns serviços. (2000/2011).

SERVIÇOS/BENS DURÁVEIS	BRASIL		NORDESTE	
	2000	2011	2000	2011
Água/Rede Geral	79,8	84,6	66,8	79,9
Esgotamento/Rede Coletora	43,6	51,0	19,5	35,1
Lixo/Coletado	80,0	88,8	58,8	77,3
Iluminação Elétrica	94,8	99,3	85,9	98,9
Telefone	37,6	89,9	21,0	81,8
Fogão	97,4	98,8	93,2	97,2
Geladeira	82,8	95,8	60,3	97,0
Máquina de Lavar	32,8	51,0	9,0	22,4
Rádio	89,9	83,4	83,4	78,1
Televisão	87,8	96,4	75,6	95,4
Microcomputador	---	42,9	----	25,5

Fonte: IBGE (2013)

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1995 a 2005, apresentou, em 2007, o *Índice de Desenvolvimento Social BNDES*. Nessa nova forma de avaliação dos indicadores sociais para o país e regiões, o Nordeste é a região de destaque pelo melhor desempenho na área de educação e saúde, com evolução positiva também em sua renda. Destaque obtido “não só por ter acelerado seu desenvolvimento social relativamente às outras regiões, mas porque esse desempenho permitiu subir acentuadamente todos os indicadores parciais” (FERREIRA; NORRIS, 2007, p.14).

Os números de pessoas pobres e extremamente pobres sofreram uma brusca redução entre 2003 e 2009, revelando as possibilidades de se enfrentar a questão social por meio do novo modelo de crescimento inclusivo. Menos nove milhões de pessoas pobres e menos 7,2 milhões de extremamente pobres em uma década apontam a possibilidade de o Nordeste tanto superar os seus índices sociais mais gritantes como de se aproximar da média nacional de desenvolvimento (Tabela 19).

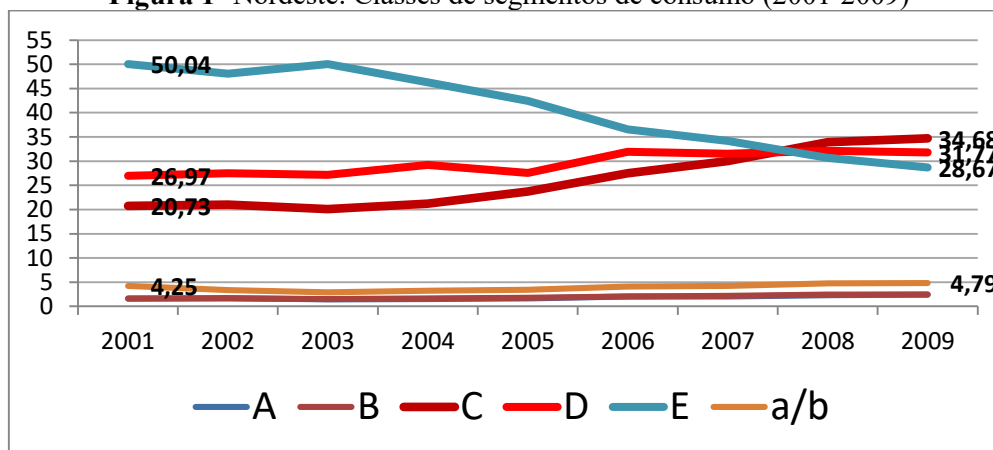
Tabela 19 - Nordeste. Perfil da população (1990-2009)

	1990	1999	2003	2009
POBRES	28.558.579	27.729.719	29.937.040	20.975.867
EXTREMAMENTE POBRES	17.162.918	14.182.705	15.437.233	8.215.239

Fonte: IPEA (2013)

Recentemente, um estudo comparativo dos chamados segmentos de consumo, utilizando dados dos anos 2000-2009, detectou o mesmo fenômeno registrado nos índices anteriores, a diminuição da miséria no Nordeste brasileiro num ritmo que, mantido para os anos subsequentes, poderá reduzir as diferenças com as demais regiões brasileiras. A pesquisa “A nova classe média: o lado brilhante dos pobres” (FGV, 2010) dá destaque à redução dos chamados segmentos de baixa renda (D e E) e a ascensão do segmento C de consumo no Nordeste em ritmo mais forte que a média nacional (Figura 1).

Figura 1- Nordeste. Classes de segmentos de consumo (2001-2009)



Fonte: FGV (2010)

Coincidindo com os resultados do BNDES, há seis anos, e da FGV, mais recentemente, o Coeficiente de Gini do Nordeste, calculado pelo IPEA, vem apresentando resultados positivos (Tabela 20), mas que apontam as dificuldades para uma convergência mais rápida com o Índice nacional (0,563), e a manutenção da distância em relação aos índices médios da região Sul (0,506), Norte (0,521) e Sudeste (0,538).

Tabela 20 - Brasil/Regiões. Coeficiente de Gini (2001/2009)

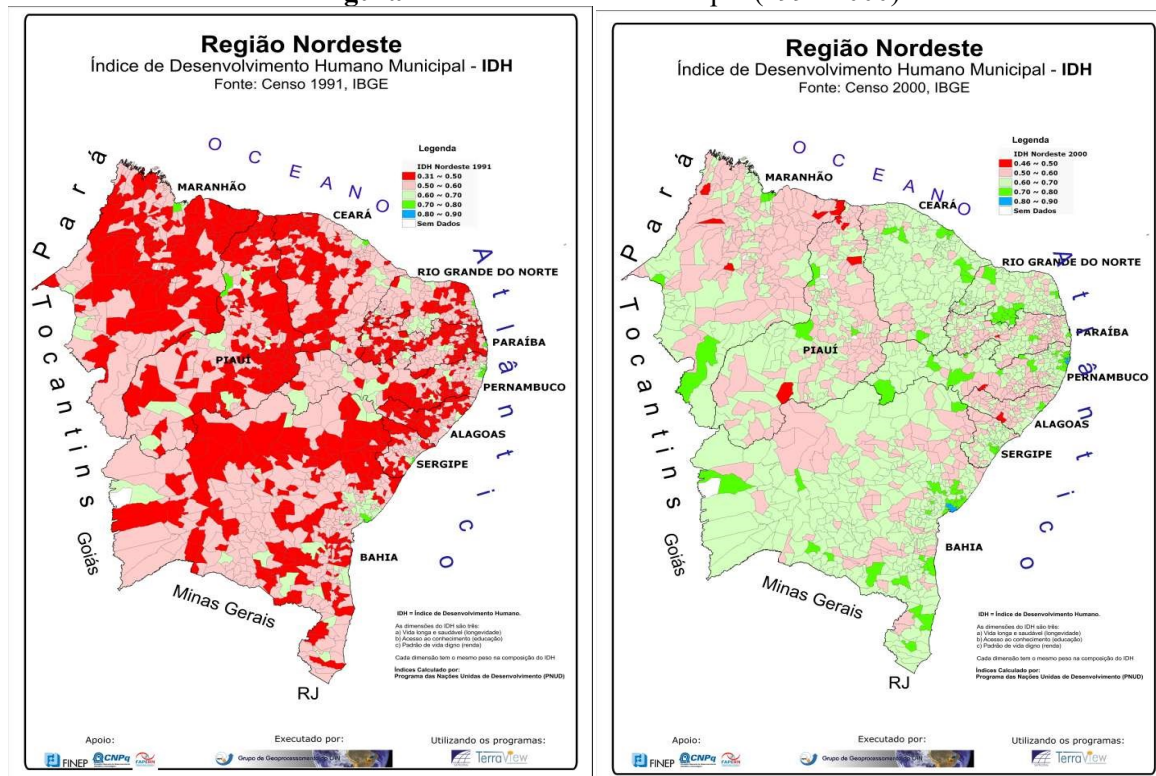
REGIÕES	2001	2005	2009
CENTRO-OESTE	0,598	0,577	0,560
NORTE	0,565	0,529	0,523
SUL	0,548	0,515	0,491
SUDESTE	0,568	0,543	0,511
NORDESTE	0,600	0,571	0,558
BRASIL	0,596	0,569	0,543

Fonte: IPEA (2013)

O estudo “Pobreza e indigência no Brasil, 2001-2005”, realizado para a *Rede de Laboratórios Acadêmicos de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, revela que a rapidez na diminuição da pobreza se deve ao forte combate das desigualdades e ao crescimento maior da renda *per capita* dos mais pobres. Para os autores dessa pesquisa, esse melhor desempenho do país e dos estados, entre os anos 2001 e 2005, no que tange à redução da pobreza e indigência “é explicado não apenas pelo crescimento da renda *per capita* dos estados, mas, sobretudo, pelo caráter mais pró-pobre deste crescimento” (SILVEIRA; FERNANDES, 2008). O estudo conclui que, mantendo o ritmo verificado no período de 2001 a 2005, o Brasil e a maioria dos estados (incluindo todos do Nordeste) cumprirão as metas de redução da pobreza e indigência, estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela ONU.

Esse fenômeno já vinha sendo detectado mesmo na última década do século XX, quando o IDH dos municípios nordestinos melhoraram seus valores, motivados pela intervenção das políticas públicas, como o SUS, implantado a partir de 1997 e o Fundeb, em vigor a partir de 1998. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), utilizando os dados do PNUD/IPEA/IBGE, elaborou dois mapas comparando a situação do desenvolvimento humano municipal de 2000 com o período anterior, de 1991, mostrando essa evolução (Figura 2).

Figura 2 - Nordeste. IDH municipal (1991-2000)



Fonte: INPE (2013)

Estes sinais, na década atual, da criação de um novo padrão de crescimento não negam, mas, pelo contrário, afirmam que a questão regional permanece presente e deve ser enfrentada. O Nordeste não é único argumento, mas é o mais importante para se defender, diante do quadro de desigualdades sociais, da crise do federalismo, da guerra fiscal, dos impactos das mudanças tecnológicas, da abertura comercial a “urgente e imperiosa necessidade de se estabelecer uma nova política de desenvolvimento regional para o país” (CAMPOLINA DINIZ, 2004, p.39).

E as razões atuais são muitas: o Nordeste com 28% da população tem apenas 13,6% do PIB; sua agricultura, que possui 45% da PEA agrícola nacional, representa tão somente 14% do valor da produção; o Semiárido abriga 40% da população da região e apenas 25% do PIB regional; apresenta também uma escolaridade da população economicamente ativa de 6 anos de estudo contra 8,5 no Sudeste e 7,6 no Brasil; diante de uma economia que se internacionaliza, a região apresenta uma acentuada fragilidade na área de ciência e tecnologia que deixa poucas empresas com capacidade de inovar, etc.

No entanto, a nova etapa de desenvolvimento da região parece trazer elementos para a construção do caminho da reversão do quadro desenhado pela economista Tânia Bacelar de Araújo, em 1992, quando, de forma sintética, apontava os traços, construídos ao longo de décadas, pelos quais o Nordeste era identificado como “região-problema”: “Nordeste da seca e da miséria, dos homens-gabirus [...]. Nordeste, berço das "hostes errantes", dos emigrantes que "incham" as cidades do Sul e Sudeste ou "vagam" pelas fronteiras da expansão agrícola ou dos garimpos do Centro-Oeste e do Norte” (ARAÚJO, 1992). Vinte anos depois dessa emblemática descrição, a pesquisa “A migração no Brasil no começo do século XXI: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004” (CUNHA, 2007) revelou um dado histórico diferente: mais nordestinos estão voltando para a sua região de origem do que partindo para São Paulo, o principal destino dos migrantes nas últimas décadas. É um fenômeno conhecido como “migração de retorno”.

Essa nova fase da vida nordestina, distinta das quatro décadas da anterior “era Sudene”, com crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, poderá se constituir num novo capítulo na sua história, principalmente de sua região semiárida (se estes indicadores se mantiveram), com um cenário social e econômico mais sintonizado com os níveis de desenvolvimento registrados nas outras regiões do país. As novas condições de enfrentamento da seca prolongada atestam que a sub-região semiárida vem acompanhando o Nordeste no fenômeno do crescimento econômico com inclusão social. Os investimentos produzidos pela rede institucional federal em mais de meio século, mais as políticas sociais e os programas de desenvolvimento adotados na última década do século XX e ampliados neste século, impactaram em todo o Nordeste e estão resultando num novo padrão de crescimento em todas as suas sub-regiões, incluindo o semiárido com todas as suas especificidades sertanejas.

REFERENCIAS

ALMEIDA, J. E.; ARAUJO, J. Um modelo exaurido: a experiência da Sudene in **Revista Teoria e Evidência Econômica**, n.12. v. 23, p.97-128. Passo Fundo:UPF, 2004.

ARAÚJO, T. B. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em 23 jan. 2013.

_____. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In **Revista Teoria e Debate**, n. 77, mai/jun. São Paulo: FPA, 2008

ARAÚJO, L.; LIMA, J. P. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 33, jul./dez., Brasília: IPEA, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**. Número 2. 2011. Brasília: BCB, 2011.

_____. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**. vol. 7. n.1. Brasília: BCB, 2013

- BANCO ITAU. **Indicadores do Mercado de Meios Eletrônicos de Pagamento**. RJ: Itaucard, 2008. Disponível em: <ww28.itaub.com.br/imprensanet/img/200812_indicadores.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2013.
- BNB/Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <www.bnb.gov.br>. Acesso em 26 jan.2013.
- _____. **Revista BNB – Conjuntura Econômica**. n.1, vol.1. Fortaleza: BNB, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren.aspx>.. Acesso em 21 jan. 2013.
- BNDES/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/regiao.asp>>. Acesso em 3 fev. 2013.
- BRASIL. ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>. Acesso em: 4 fev.2013.
- _____. CONAB/Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>>. Acesso em 2 fev. 2013.
- _____. CGU/Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/index3.asp>>. Acesso em: 21 jan. 2013
- _____. DENATRAN/Departamento Nacional de Trânsito. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/>>. Acesso em: 5 fev.2013.
- _____. EMBRAPA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso em 25 de jan. 2013.
- _____. EPE/Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Lists/Estudos/Attachments/25/Apresentação%20-%20Consumo%20residencial%20de%20energia%20elétrica%20no%20NE.pdf>. Acesso em 22 de jan. 2013.
- _____. Infraero. Disponível em: <www.infraero.gov.br>. Acesso em: 24 fev. de 2013.
- _____. INPE/Instituto Nacional de Pesquisa Espacial. Disponível em: <http://www.nctn.crn2.inpe.br/index.php>. Acesso em 24 de fev. 2013
- _____. INSS/Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em: <<http://www.previdencia.social.gov.br/docs/pdf/anexo.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2013.
- _____. MDIC/Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2013.
- _____.MDS/Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em 26 abr.2013.
- _____. Ministério da Fazenda. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2013.
- _____. MTE/Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, MTE, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/resultados.asp>>. Acesso em 19 jan.2013.
- BURSZTYN, Marcel. **Prefácio**. In: CHACON, Suely Salgueiro. O sertanejo e o caminho das águas. Políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007.
- BURSZTYN, Marcel; CHACON, Suely Salgueiro. Ligações perigosas: proteção social e clientelismo no semiárido nordestino. In: **Revista Estudos Sociais e Agricultura**. vol.19, n.1, 30-61. Rio de Janeiro: CPDA, 2011.
- CAETANO, M. A. **Previdência Social e Distribuição Regional de Renda**. Texto para Discussão 1318. Brasília: IPEA, 2008
- CAMPOLINA DINIZ, C. O imperativo de uma nova política de desenvolvimento regional para o Brasil. **Revista Bahia Invest**. v.2 n. 3, pp.39/44 Salvador: SEI, 2004
- CARDOSO, G.C. **C A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa; Ed.Universitária, 2007
- CARVALHO. Otamar. **Economia Política do Nordeste**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- _____. Otamar. As secas e seus impactos. In: **A Questão da água**. Brasília: CGEE, 2012.
- CARVALHO, Otamar e CARVALHO, Egler. **Alternativas de desenvolvimento para o Nordeste semiárido**. Fortaleza: BNB, 2003.

CHACON, Suely. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: BNB, 2007.

CNI/Confederação Nacional da Indústria. **Revista Indústria Brasileira**. n.86. Encarte Especial “Nordeste”. Brasília: CNI, 2008.

CUNHA, J. M. P. **A migração no Brasil no começo do século XXI: continuidades e novidades trazidas pela PNAD** 2004. Brasília: Cepal/BID, 2007. Disponível em: <<http://www.ceclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/MPinto.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2013.

DIEESE/Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml>>. Acesso em 4 fev.2013.

DOMINGUES, E. P.; VIANA, F. D.; OLIVEIRA, H. C. **Investimentos em Infra-estrutura no Nordeste: projeção de impacto e perspectiva de desenvolvimento**. Texto para Discussão n. 319. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2007.

ECONOMIA do Nordeste vive fase dourada, com aumento chinês de consumo. **Revista Veja**, n.1969, 16/08/2006.

FERREIRA, F. M. R.; NORRIS, G. C. Índice de Desenvolvimento Social do BNDES. **Cadernos Visão do Desenvolvimento**. n.29. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_29.pdf>. Acesso em 28 de jan. 2013.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões**. Brasília: IPEA, 2001.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. in **Revista Estudos e Pesquisas**. N.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

IBGE. **Conta Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default_pdf.shtm> Acesso em 20 jan. 2013.

_____. **PNAD/Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>. Acesso em 4 fev. 2013.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 4 fev.2013.

JOSÉ, E. Novo Nordeste, novas esperanças. in **Revista Carta Capital**. 23/05/2008. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=1018>>

NERI, M. **A Nova Classe Média: Lado Brillhante dos Pobres**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: <<http://cps.fgv.br/ncm>>. Acesso em 23 jan. 2013.

_____. **Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**. RJ: FGV, 2008. Disponível em: <http://cps.fgv.br/crediamigo>. Acesso em 27 jan. 2013.

NORDESTE: onde o Brasil cresce mais rápido. **Revista Exame**. n.891, 30/04/2007.

NORDESTE tem a força. A região cresce acima da média nacional. **Revista Isto É Dinheiro** n.447, 12/04/2006.

NORTE e Nordeste vivem ciclo de forte crescimento. **Valor Econômico** 18 jul. 2007

SILVEIRA, R.; FERNANDES, F. C. **Pobreza e Indigência no Brasil. 2001-2005**. Disponível em: <http://www.virtual.pucminas.br/idhs/milenio/pdf/boletim_02.pdf> Acesso em 3 fev. 2013.

UMA legião de microempreendedores. **Revista Desafios**. N.41, mar, 2008. Disponível em: <<http://desafios.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 9 fev. 2013.

VIDAL, B. F. *Considerações em Torno da Validade Atual da Discussão Sobre as Desigualdades Regionais no Brasil* in **Revista Estudos e Pesquisas**. n. 67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.